

Economistas e empresários são contra proposta

O aumento de IPI, IOF e IR da pessoa física a ser anunciado hoje é visto como um tapa-buraco por economistas. Não passa de "um pacote de emergência", destinado a suprir a falta do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), disse José Augusto Arantes Savasini, consultor da Rosenberg & Associados e ex-secretário-geral da Seplan. Para Geraldo Gardenali, professor da FGV-SP e ex-secretário nacional da Fazenda, é uma "fórmula para conciliar receitas e despesas em 93 e 94". Além disso, despreza a experiência de 93, "quando menos impostos produziram mais arrecadação", reforça o tributarista Carmine Abbondati, da Trevisan & Associados.

O pacote foi classificado como "lamentável" pela economista Margarida Fantoni, chefe da Divisão de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias de Minas Gerais.

O presidente em exercício da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Antônio Roberto Alves Braga, disse que um novo pacote fiscal somente irá acelerar a inflação, provocar mais recessão e comprometer a própria expectativa de arrecadação.

"O que está havendo é uma repetição monótona dos últimos sete anos, quando o governo chegava ao final do ano e propunha um aumento de impostos para fechar suas contas", disse o economista Carlos Von Doellinger, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão subordinado ao Ministério do Planejamento.

Para o economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Cláudio Contador, o governo terá um desgaste muito grande, pois está adotando medidas simplistas, quando o que se precisa é de uma grande revisão da carga tributária.

O ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso acha que os aumentos de impostos, de forma emergencial para 1994, serão inevitáveis, mas entende que paralelamente a isso o governo deveria fazer um esforço adicional de arrecadação via Receita Federal, além de uma grande contenção de gastos.

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, disse concordar com o princípio do pacote tributário do ministro Cardoso. Acrescentou, contudo, que um apoio mais explícito da CUT ao projeto dependerá da redução do tributo para produtos essenciais e salários menores.